



Agricultura familiar e associativismo: obstáculos e avanços na experiência das associações de agricultores familiares de Itaperuna/RJ

Angélica Brito Picanço¹
Paulo Marcelo de Souza²

Recebido em: 12-09-2023

Aceito em: 03-10-2023

Resumo

O objetivo desta pesquisa foi analisar as condições de desenvolvimento das associações de agricultores familiares no município de Itaperuna-RJ. Buscou-se analisar o contexto de surgimento e desenvolvimento dessas associações, e suas contribuições para os associados. As informações foram obtidas mediante entrevistas e formulários, aplicados a uma amostra representativa de agricultores. Constatou-se que as associações foram criadas com o objetivo de superar as dificuldades de escoamento da produção leiteira dos agricultores. Além disso, foi constatado que as associações têm possibilitado acesso à assistência técnica, crédito, capacitação, treinamentos e compra de insumos com preços reduzidos. Conclui-se que, apesar de atuar de forma limitada, as associações proporcionam benefícios aos agricultores familiares, os quais provavelmente não seriam obtidos se atuassem de forma individual.

Palavras-chave: Agricultores familiares. Associação. Itaperuna.

Family farming and associativism: obstacles and advances in the experience of farmers' associations of Itaperuna - RJ

Abstract

The objective of this research was to analyze the conditions for the development of associations of family farmers in the municipality of Itaperuna-RJ. Specifically, it searched to analyze the context of the emergence and development of these associations, as well as their contributions to the members. Information was obtained through interviews and forms, applied to a representative sample of farmers. It was observed that the associations were founded with the objective of overcoming the difficulties in the flow of milk production from small producers. In addition, the survey found that associations have provided access to technical assistance, credit, training and purchase of inputs at reduced prices. It is concluded that, despite acting in a limited way, associations provide benefits to family farmers, who acting individually would probably not be able to obtain.

Keywords: Family farmers. Association. Itaperuna.

1 Introdução

De acordo com os dados do censo agropecuário, realizado no ano de 2017, há no Brasil 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. A agricultura familiar representa 77% desses estabelecimentos. Wanderley (2001) conceitua a agricultura familiar como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, realiza o trabalho no estabelecimento produtivo. Já para Buainain (2005), a agricultura familiar é um universo profundamente heterogêneo, em termos de disponibilidade de recursos, acesso ao mercado e capacidade de geração de renda.

¹ Mestrado em Políticas Sociais (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Servidora pública do Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: angelica_britop@hotmail.com

² Doutorado em Economia Rural (UFV). Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). E-mail: pmsouza@uenf.br

A agricultura familiar produz a maior parte dos alimentos consumidos internamente no país e mantém o total de 10,1 milhões de pessoas ocupadas, ou seja, 67% do total de pessoas ocupadas no meio rural. Para Aquino, Gazolla, Schneider (2018), reconhecer os múltiplos papéis da agricultura familiar no desenvolvimento rural é uma tarefa fundamental.

Apesar da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico e social do país, essa categoria sempre foi um segmento marginalizado pelas políticas públicas, que em sua maioria favoreceram aos grandes segmentos agrícolas. Para Souza-Esquerdo e Bergamasco (2015), os incentivos concedidos pelo Estado asseguravam a modernização e a reprodução da grande propriedade monocultora, fazendo com que a agricultura familiar ocupasse um lugar subalterno na sociedade, dificultando assim sua permanência e desenvolvimento.

Embora haja esse histórico de subalternização da agricultura familiar, nos últimos anos essa categoria vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas e políticas, proporcionado pelas mobilizações de diferentes organizações. Isso levou ao reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado e à criação de políticas específicas para este segmento. A primeira política criada foi o Programa Nacional de Fortalecimento Familiar (Pronaf), que contribuiu para a difusão do conceito de agricultura familiar e para a criação de novas políticas para esse segmento (PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014).

Esse reconhecimento representou uma vitória política para a categoria agricultura familiar. Apesar disso, ainda existem fatores que limitam o desenvolvimento dos agricultores familiares no Brasil, como o caráter concentrador e seletivo da política de crédito rural, a escassez de terra, a baixa qualidade da assistência técnica, as condições precárias de trabalho, as dificuldades de acesso à tecnologia e aos mercados, o limitado poder de negociação desses agricultores, dentre outros.

Essas limitações levam os agricultores familiares a buscarem alternativas para superar essas dificuldades e garantir seu modo de vida e produção no campo. Uma dessas alternativas é o associativismo. A organização em associações é uma importante estratégia de enfrentamento das dificuldades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares.

A organização em associação é um mecanismo que possibilita aos agricultores familiares crescimento pessoal e profissional, melhores condições de concorrência nos mercados, aquisição de insumos e equipamentos com menores preços, acesso às políticas públicas, maior poder para reivindicar assistência governamental e a oferta de bens de utilidade pública, como postos de saúde, escolas e estradas. A ação do Estado se faz presente quando há maior participação e organização dos agricultores familiares. Apesar de todas as vantagens desta prática, grande parte

dos agricultores familiares desenvolvem suas atividades de forma isolada, sem os potenciais benefícios de uma associação.

Considerando que a agricultura familiar é uma categoria profundamente heterogênea, torna-se necessário conhecer as diferenças regionais e especificidades locais da agricultura familiar para uma melhor intervenção. Desse modo, precisa-se refletir sobre esse tema e propor ações coletivas como uma possibilidade de desenvolvimento socioeconômico dos agricultores familiares, colocando esses atores sociais, que sempre estiveram à margem, em um espaço de maior reconhecimento e de resultados mais promissores.

Desse modo, o artigo tem como objetivo verificar como as associações de produtores rurais estão se desenvolvendo no município de Itaperuna-RJ. Mais especificamente, busca-se analisar o contexto do surgimento e desenvolvimento das associações de produtores rurais do município, verificar se essas organizações têm contribuído para melhorias na produção, na comercialização, na renda, e na qualidade de vida de seus associados, e identificar os fatores que dificultam a operacionalização, o desempenho e o aumento do número de associados nas associações.

2 Metodologia

O estudo iniciou-se pela realização de uma pesquisa exploratória na sede da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do município de Itaperuna/RJ, para obtenção de informações relativas às associações existentes. Com esse procedimento, foi obtida uma lista com nome e endereço das associações do município, e o contato dos respectivos presidentes. De posse dessa lista, iniciaram-se os contatos iniciais com seus presidentes, quando foi possível obter algumas informações sobre as associações, como quantidade de associados, qual atividade realiza, dentre outras.

Após levantamento inicial das informações, identificou-se que há no município de Itaperuna 15 (quinze) associações, incluindo produtores rurais e moradores. Desse total, apenas 10 (dez) associações são compostas exclusivamente por produtores rurais, sendo que 1 (uma) delas está desativada, segundo informações de moradores da comunidade. Com isso, restaram 9 (nove) associações de produtores rurais em funcionamento no município.

Considerando-se o cenário inesperado provocado pela pandemia da Covid-19, que teve início em março de 2020, e as medidas de prevenção adotadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que incluía o distanciamento social, foi necessário reduzir o número de associações

para a realização da pesquisa de campo. Escolheu-se trabalhar com apenas duas associações: a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Taquary e a Associação dos Produtores Rurais do Vale do Muriaé.

Essas associações se destacam das demais em alguns aspectos, razão pela qual foram selecionadas para o estudo. A Associação dos Produtores Rurais do Vale do Muriaé, localizada no 2º distrito de Itaperuna, é uma das associações mais antigas no município, e foi inaugurada no ano de 1999. Além disso, essa associação recebeu a instalação, no ano de 2017, de uma Fábrica de Ração, implantada com recursos do Programa Rio Rural, da Secretaria Estadual de Agricultura, para beneficiar os produtores rurais associados.

A Associação dos Produtores Rurais do Vale do Taquary, localizada no distrito de Retiro do Muriaé/Itaperuna, destaca-se por ser uma associação de funcionamento recente, inaugurada no ano de 2014. Sobressai-se por possuir uma produção diversificada, o que não é observado nas demais associações de produtores rurais do município.

Juntas, as duas associações possuem o total de 78 produtores rurais associados. Subtraindo desse montante os presidentes, restam 76 associados, que compõem o universo da pesquisa. Desse total, foi pesquisada uma amostra de 39 produtores, o que, estatisticamente, permite representar a população com um nível de significância de 90% e uma margem de erro com cerca de 15%. Os presidentes das associações foram os facilitadores no contato com os produtores rurais associados. Além disso, os próprios produtores rurais ajudaram no contato com outros associados (bola-de-neve).

Todos os integrantes da presente pesquisa foram convidados a participar das entrevistas, sendo previamente informados sobre seus objetivos, e a todos foi assegurada a preservação do sigilo e da privacidade das informações fornecidas. Estas informações estavam disponíveis no Termo de Consentimento e Livre e Esclarecido (TCLE), que foi assinado pela pesquisadora e por aqueles aceitaram participar da pesquisa.

No primeiro momento, foram realizadas entrevistas com os presidentes das associações, na sede das organizações. Optou-se pela técnica semiestruturada, que se baseia na utilização de um roteiro previamente elaborado com algumas perguntas básicas, relacionadas aos objetivos pretendidos na pesquisa. As repostas foram anotadas no momento da entrevista para maior fidelidade e veracidade das informações.

Após realização das entrevistas com os dois presidentes das associações, foi realizada a aplicação dos formulários para 39 produtores rurais associados, de forma presencial, em suas residências ou propriedades. Essa técnica foi escolhida por permitir o contato face a face entre

pesquisador e informante, quando o roteiro de perguntas é preenchido pelo primeiro, no momento da entrevista.

Os formulários foram construídos com o objetivo de criar um perfil dos produtores associados, abordando variáveis de natureza demográfica e produtiva. As principais variáveis incluídas foram idade, escolaridade, renda, estrutura fundiária, experiência no trabalho agrícola, produção e comercialização, e acesso a financiamentos, assistência técnica e tecnologia. Além disso, buscou-se apurar a percepção dos produtores associados quanto à prática associativa, sua satisfação e expectativas.

Após a aplicação dos instrumentos de coleta, os dados foram selecionados, codificados, tabulados e relacionados de acordo com os objetivos da pesquisa. Após agrupamento e análise dos dados, as questões foram relacionadas aos resultados, de modo que permitissem interpretações válidas. Posteriormente foram feitas a representação gráfica, a descrição e a análise dos dados obtidos. Os textos gerados pelas entrevistas foram examinados e submetidos à técnica de análise de conteúdo, onde o texto foi decomposto em unidades de significação, classificadas segundo o sistema de categorias. Essa técnica tem a finalidade de descrever sistematicamente o conteúdo das comunicações.

No desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas as abordagens qualitativa e quantitativa, e posterior triangulação de métodos. Esta estratégia combina a aplicação de metodologia quantitativa e qualitativa, concebidas como complementares. A triangulação de métodos busca a convergência, a abrangência e a reflexividade dos resultados entre dois ou mais métodos de coleta, neste caso o formulário e a entrevista.

A abordagem quantitativa fez uso de dados disponibilizados pelo Censo Agropecuário, disponíveis no Sistema Automático de Recuperação de Dados, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (SIDRA/IBGE). Na análise qualitativa foram empregados os formulários e as entrevistas semiestruturadas. Para fundamentar a base teórica da pesquisa, realizou-se uma revisão da literatura científica com as palavras-chave “agricultura familiar”, “produtor rural”, “associativismo”, “associação”, “Itaperuna” e “políticas agrícolas”. Essa revisão considerou livros, artigos e textos nas bases Scielo e periódico CAPES.

3 Resultados e discussão

Assim como no Brasil, a agricultura familiar predomina no município de Itaperuna. Localizado na Região Noroeste Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, o município está situado

a 300 km da capital Rio de Janeiro, ocupa uma área de 1.106,694 quilômetros quadrados, o que corresponde a 20,6% da área da Região Noroeste Fluminense, e possui 95.841 habitantes, sendo 88.368 na área urbana e 7.473 na área rural (IBGE, 2010).

3.1 Breve caracterização da agricultura de Itaperuna

O município de Itaperuna, assim como a região Noroeste Fluminense, teve como primeira atividade econômica a produção de café, sendo ela a responsável pela sua dinamização econômica, atração de mão de obra e concentração de atividades comerciais e de serviços no município (TCE, 2020). Sendo assim, pode-se inferir que a origem do município esteve atrelada à agricultura, quando sua população era predominantemente rural (SANTOS, 2005).

Apesar da importância da economia cafeeira, Siqueira (2015, p. 35) pontua que “a qualidade do café fluminense era inferior à do café produzido em São Paulo, o que restringia o escoamento da produção local ao mercado interno”. Na década de 1930, houve o declínio do café em Itaperuna, e os latifúndios passaram a focar suas atividades econômicas na pecuária e na produção de leite. A partir de então, a atividade pecuária substituiu em importância a produção cafeeira (SANTOS, 2018). De acordo com Santos (2019), a preponderância da pecuária no município é a razão do surgimento de cooperativas de produção de leite, como é o caso da Cooperativa Agropecuária de Itaperuna Ltda (CAPIL).

Na atualidade, o meio rural perdeu para outros setores sua preponderância no desenvolvimento do município de Itaperuna, cedendo espaço à crescente importância do setor de comércio e serviços (CERQUEIRA, 2016). Apesar disso, há ainda um número significativo de famílias vivendo no meio rural, com significativo potencial e econômico e social.

Segundo dados do último censo agropecuário, o município tem 1.596 estabelecimentos agropecuários, 60% dos quais são de agricultura familiar. A principal atividade econômica, presente em quase todos esses estabelecimentos, é a pecuária, com a produção de leite e carne, seguida pela produção de lavouras permanentes. Cerca de 91% dos estabelecimentos familiares produzem visando a comercialização da produção, e apenas 9% dedicam-se apenas à produção para consumo próprio do produtor rural e seus familiares (IBGE, 2019).

A estrutura fundiária do município de Itaperuna é semelhante às das demais regiões do estado, com predomínio numérico de pequenas propriedades, porém, ocupam uma pequena fração da área total. Cerca de 74,8% dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 ha (Tabela 1). No entanto, as informações do censo permitem constatar que os estabelecimentos

com mais de 50 ha ocupam mais que o triplo da área dos estabelecimentos abaixo de 50 ha (IBGE, 2019).

Tabela 1 - Total de estabelecimentos agropecuários e distribuição da área dos estabelecimentos não familiares e familiares entre estratos de tamanho no município de Itaperuna - 2017

Estratos de área	Total		Não familiar		Familiar	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	%
Mais de 0 a menos de 1 ha	110	6,9	56	8,8	54	5,6
De 1 a menos de 10 ha	478	29,9	138	21,7	340	35,5
De 10 a menos de 20 ha	247	15,5	70	11,0	177	18,5
De 20 a menos de 50 ha	359	22,5	99	15,5	260	27,1
De 50 a menos de 100 ha	193	12,1	78	12,2	115	12,0
De 100 a menos de 200 ha	121	7,6	108	17,0	13	1,4
De 200 a menos de 500 ha	66	4,1	66	10,4	-	-
De 500 a menos de 1.000 ha	16	1,0	16	2,5	-	-
De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	0,3	5	0,8	-	-
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1	0,1	1	0,2	-	-
Total	1596	100,0	637	100,0	959	100,0

Fonte: Resultados da pesquisa, elaborados a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017.

Cerca de 60% dos estabelecimentos agropecuários do município são de natureza familiar, e 86,6% deles têm menos de 50 ha. Essa situação é reflexo do histórico problema da concentração fundiária brasileira, a qual resulta na limitação da disponibilidade de terras, o que gera obstáculos ao desenvolvimento de atividades viáveis nos estabelecimentos agropecuários (Tabela 1). As informações do censo permitem ainda constatar uma desproporcional participação da agricultura familiar na área total dos estabelecimentos agropecuários. Apesar de representar a maioria dos estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna, os estabelecimentos familiares ocupam apenas 25,5% da área total dos estabelecimentos.

Com relação às formas de acesso à terra, há prevalência de proprietários (Tabela 2). Verificou-se que 81,2% dos agricultores familiares são proprietários, 4,7% são assentados aguardando titulação definitiva, 9,7% são arrendatários, 0,1% são parceiros e 4,3% são comodatários.

Tabela 2 - Condição dos agricultores familiares em relação ao acesso à terra no município de Itaperuna - 2017

Condição do produtor em relação às terras	Estabelecimentos (nº)	Estabelecimentos (%)
Proprietário(a)	779	81,2
Arrendatário(a)	93	9,7
Assentado(a) sem titulação definitiva	45	4,7
Parceiro(a)	1	0,1
Comodatário(a)	41	4,3
Ocupante	-	0
Produtor sem área	-	0

Fonte: Resultados da pesquisa, elaborados a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017.

Dentre os produtores rurais do município, 28,3% deles possuem idade entre 55 a menos de 65 anos (Tabela 3). E, ainda, verificou-se que 35,1% dos produtores possuem idade superior a 65 anos, mostrando assim uma predominância de produtores idosos nos estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna.

Tabela 3 - Classe de idade dos produtores rurais do município de Itaperuna – 2017

Classe de idade do produtor	Total	Percentual (%)
Menor de 25 anos	7	0,4
De 25 a menos de 35 anos	58	3,6
De 35 a menos de 45 anos	165	10,4
De 45 a menos de 55 anos	353	22,2
De 55 a menos de 65 anos	450	28,3
De 65 a menos de 75 anos	347	21,8
De 75 anos e mais	212	13,3
Total	1592	100

Fonte: Resultados da pesquisa, elaborados a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017.

Do total de estabelecimentos agropecuários no município de Itaperuna, apenas 16% recebem algum tipo de orientação técnica e 84% não recebem qualquer tipo de orientação. Com relação aos estabelecimentos não familiares, apenas 26,5% recebem algum tipo de orientação técnica e 73,5% não recebem. Já nos estabelecimentos familiares, apenas 8,6% dos agricultores familiares recebem orientação técnica e 91,3% dos agricultores familiares não recebem qualquer tipo de instrução técnica (IBGE, 2019).

Desse modo, é possível inferir que no meio rural de Itaperuna há uma carência de orientação técnica. Contudo, a categoria familiar é ainda mais carente dessa orientação, mesmo representando a maioria dos estabelecimentos agropecuários. Por outro lado, os dados exibidos na tabela 4 indicam que boa parte dos agricultores do município, mais 60%, não está inserida em qualquer tipo de organização. Essa é também a condição de quase 60% dos agricultores familiares. Nota-se ainda que cerca de apenas um quarto dos agricultores familiares de Itaperuna estão organizados em associações e/ou movimento de produtores.

A falta de assistência técnica, que afeta a produtividade dos cultivos, também é um fator limitante para a obtenção de financiamentos e acesso a outras políticas. De acordo com dados do IBGE (2019), dos 1596 estabelecimentos agropecuários existentes no município de Itaperuna, apenas 209 possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), ou seja, apenas 13% deles poderiam ter acesso às políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Não por acaso, somente 4,6% dos agricultores familiares do município tiveram acesso a algum tipo de financiamento, tomado junto a bancos e a cooperativas de crédito, principalmente (IBGE, 2019).

Tabela 4 - Associação dos agricultores à cooperativa e/ou à entidade de classe - 2017

Condição	Total		Não familiar		Familiar	
	Núm.	%	Núm.	%	Núm.	(%)
Total	1596	100	637	100,0	959	100,0
É associado	619	38,8	222	34,9	397	41,4
Cooperativa	218	13,6	101	15,9	117	12,2
Entidade de classe/sindicato	20	1,2	4	0,6	16	1,7
Associação/movimento de produtores	372	23,3	117	18,4	255	26,6
Associação de moradores	33	2	8	1,3	25	2,6
Não é associado	977	61,2	415	65,1	562	58,6

Fonte: Resultados da pesquisa, elaborados a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017.

Os resultados obtidos permitem inferir que os agricultores familiares de Itaperuna enfrentam muitos desafios, como tamanho reduzido das terras, o difícil acesso à assistência técnica e aos financiamentos, dentre outros. Nesse sentido, a literatura destaca que a organização dos agricultores é uma possibilidade para superação dessas dificuldades.

3.2 Origem das associações de produtores rurais do município

De acordo com Grabois e Santos (2000), a CAPIL foi criada por um grupo de 20 fazendeiros, no ano de 1941, com a finalidade de criar condições para a comercialização do leite que não era consumido nas propriedades rurais. Nesse momento, o café ainda representava a principal atividade econômica da região Noroeste Fluminense.

Visando garantir o escoamento de um volume crescente de produção que ela não era capaz de distribuir, a CAPIL necessitava expandir seu mercado além das fronteiras locais e regionais. Negociou, então, a implantação, em Itaperuna, de uma fábrica de leite em pó de um grupo multinacional, estratégia para alcançar o mercado nacional. (GRABOIS; SANTOS, 2000, p. 20).

Para se associar a CAPIL bastava apenas um comprovante de propriedade fundiária, parceria ou arrendamento, documentos pessoais e fornecimento de pelo menos um litro de leite por dia. A CAPIL foi a maior cooperativa do Estado do Rio de Janeiro entre os anos 1970 e 1980, onde mais de 90% dos seus produtores associados forneciam até 50 litros/dia. Sendo assim, percebe-se a importância da cooperativa para fábricas no fornecimento de leite e para a inserção dos produtores rurais menos capitalizados e com baixos níveis de modernização no âmbito dos mercados (BRAGA, 2006).

No ano de 1960 inaugura-se a fábrica de Leite em Pó Glória, ao lado da CAPIL. No início de seu funcionamento, a referida fábrica recebia até 70% do total de leite recolhido pela CAPIL. Contudo, a fábrica foi ampliando seu quadro de fornecedores diretos, e já no final dos anos 1980

iniciou um processo de captação de leite próprio, colocando a CAPIL num plano secundário (BRAGA, 2006; GRABOIS; SANTOS, 2000).

De acordo com Braga (2006), a partir de 1976 a Fábrica de Leite em pó Glória teve seu capital acionário controlado pela corporação norte-americana Fleischmann & Royal, passando a referida corporação a gerenciar diretamente o beneficiamento da produção regional de leite, enquanto a cooperativa CAPIL passou a exigir de seus associados aumento da qualidade da matéria-prima a ser beneficiada (GRABOIS; SANTOS, 2000). Braga (2006) ainda salienta que até o final dos anos 1980 a Capil exercia o controle da bacia leiteira do Noroeste fluminense. Contudo, com a crise dos anos 1980, a falta de incentivos estatais e a expansão da Fábrica de Leite em Pó Glória ocasionaram uma diminuição da rede de interações espaciais da Capil, com o aluguel e posterior venda de postos de coleta para Glória/ Fleischmann & Royal.

Atualmente, a CAPIL ainda opera, recolhendo leite de diversos associados. Contudo, não com a mesma expressividade que teve no início de sua fundação, recebendo em média dois mil litros de leite por dia.

Segundo Madanêlo e Marafon (2008), ocorreram importantes mudanças na produção leiteira na década de 90. Entre elas, a liberação do preço do leite, a abertura comercial e especialmente a consolidação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a estabilização dos preços na economia brasileira proporcionada pelo Plano Real, a ampliação do poder das multinacionais, as novas configurações nos processos de comercialização e o aumento do nível de exigência em relação ao padrão de qualidade do leite.

Segundo Grabois e Santos (2000), a pecuária local, em meados da década de 1990, diante do processo de globalização, sofreu significativas alterações na estrutura produtiva. Segundo os autores, a Fábrica Leite Glória começou a modernizar suas formas de comercialização e produção e modificaram-se as antigas relações entre a fábrica Leite Glória e a Cooperativa e, por conseguinte, as relações destas com os fornecedores.

Segundo Grabois e Santos (2000), uma das mudanças implantadas pela multinacional Leite Glória para aumentar a qualidade e a quantidade da produção foi o estabelecimento de uma litragem mínima para o recebimento do leite. No ano de 1997 foi estabelecida a exclusão de fornecedores com volume inferior a 30 litros/dia. No ano seguinte, esse número foi para 50 litros/dia. A empresa Parmalat, instalada em Itaperuna no ano de 2001, também limitou a litragem mínima para o recebimento do leite a 30 litros/dia. Nessa época, a CAPIL repassava 50% do leite captado diretamente à Parmalat.

Com isso, um número considerável de pequenos produtores ficou com dificuldade de escoarem sua produção leiteira pois, segundo Grabois e Santos (2000, pag.22), “os pequenos produtores têm baixo ou nenhum potencial de crescimento por conta de uma condição estrutural que é a carência de recursos financeiros”.

Além dessas mudanças, e diante da baixa qualidade do leite nacional e com a abertura dos mercados ligada à globalização, o governo federal estabeleceu no ano 2000 uma série de medidas objetivando a melhoria da qualidade do leite. Dentre elas, ficou proibido, por fatores higiênicos, o uso de latões para ordenha e transporte, devendo o leite ser entregue gelado aos postos ou às fábricas (GRABOIS; SANTOS, 2000). Segundo Madanêlo e Marafon (2008), essas mudanças vêm excluindo os pequenos produtores, pois não existe nenhum auxílio efetivo que garanta sua permanência no mercado e que possibilite o aumento do padrão de qualidade do produto.

Diante disso, destaca-se a omissão do estado com relação à situação de exclusão colocada aos pequenos produtores. A produção leiteira era praticamente a única fonte de renda de numerosos produtores rurais e o governo foi um dos mentores dessa exclusão dos pequenos produtores do circuito produtivo (GRABOIS; SANTOS, 2000).

Perante essa situação, segundo Grabois e Santos (2000), os pequenos produtores buscaram outras formas de sobrevivência, e organizaram-se em associações com o objetivo de concentrar a produção de seus integrantes para cumprir com as exigências impostas pelas empresas e pelo governo.

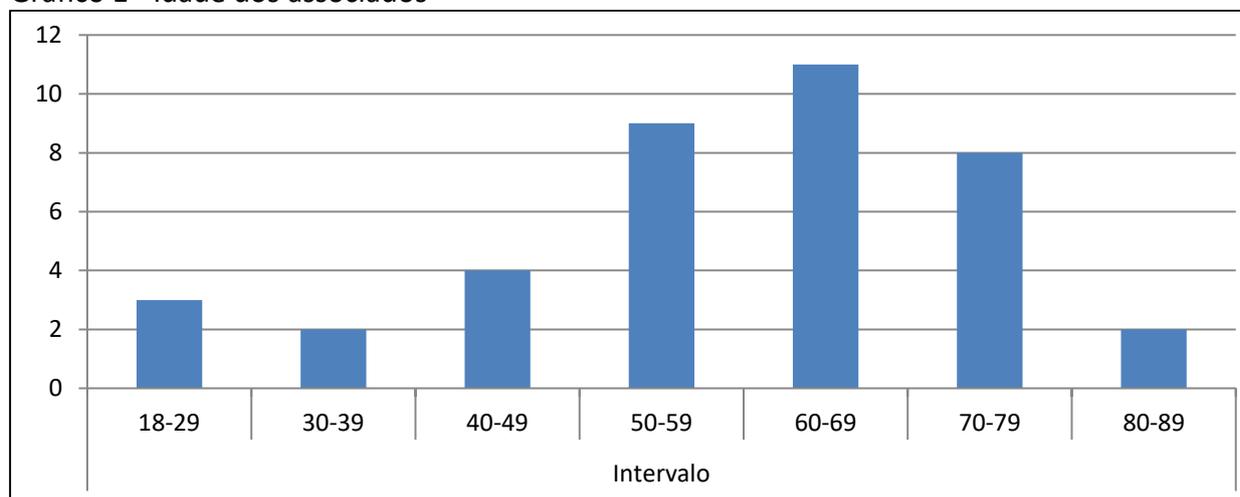
3.3 Perfil dos produtores rurais associados participantes da pesquisa

Quanto ao perfil dos produtores rurais associados que participaram da pesquisa, é possível identificar que, embora apresentem particularidades e diferenças, se assemelham em muitos aspectos. Com relação à naturalidade dos associados participantes, 69,2% são naturais do município de Itaperuna e 30,8% são naturais do município de São José de Ubá. A respeito do estado civil, 61,5% dos associados participantes são casados, 23% são solteiros, 10,2% viúvos e 5,1% são separados ou divorciados.

Com relação à idade, é interessante observar que há predominância de idosos em relação à população mais jovem, em que apenas 23% dos associados possuem idade entre 18 e 49 anos e 53,8% dos participantes possuem mais de 60 anos. Dentre estes últimos, mais de 26% possuem mais de 70 anos, como pode ser visto no gráfico 1. Boscardin e Spanevello (2018) ressaltam que

essa redução da participação dos jovens e o crescimento dos idosos representam o comprometimento do processo de sucessão da atividade agrícola familiar, a médio e longo prazo, pois os jovens constituem a força renovadora para o desenvolvimento desta forma de organização social do trabalho e da produção.

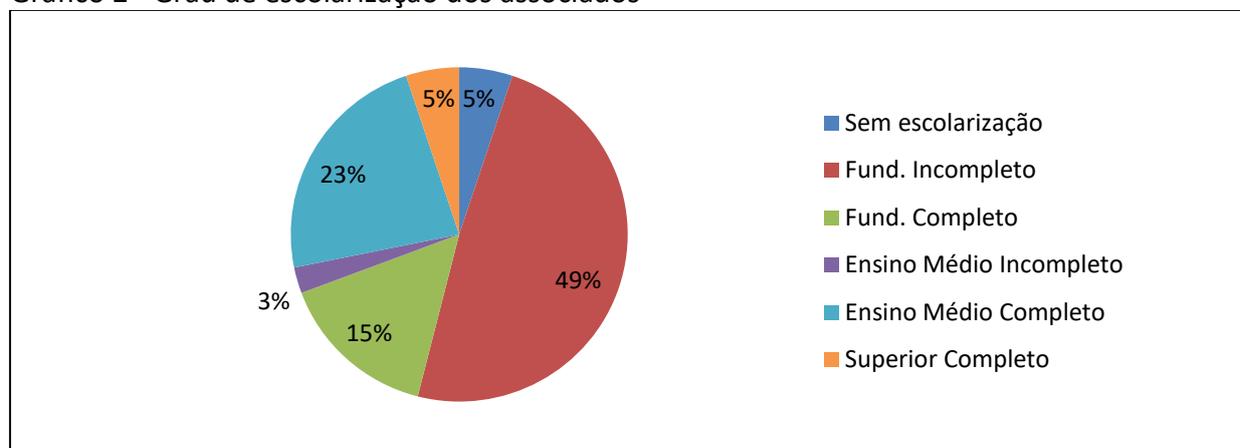
Gráfico 1 - Idade dos associados



Fonte: Resultados da pesquisa.

Com relação à escolarização dos participantes da pesquisa, foi possível identificar que 5% dos associados não possuem escolarização, 49% possuem ensino fundamental incompleto, 15% possuem o ensino fundamental completo, 3% possuem o ensino médio incompleto, 23% possuem ensino médio completo e 5% possuem ensino superior, como pode ser visto no gráfico 2. A taxa de escolaridade dos agricultores familiares no Brasil é muito baixa, 65,47% dos agricultores familiares possuem apenas até o ensino fundamental completo. (IBGE, 2019).

Gráfico 2 - Grau de escolarização dos associados



Fonte: Resultados da pesquisa.

Apesar da baixa escolarização, os produtores rurais possuem grande bagagem de conhecimento e informações técnicas, adquiridos com suas experiências no campo ao longo do tempo, o que tem possibilitado que eles permaneçam no campo produzindo para o próprio sustento e abastecimento do país. Na maior parte dos casos (72%), os associados são proprietários das terras onde desenvolvem suas atividades agropecuárias, 8% possuem terra arrendada, 5% estão na condição de assentado pela Reforma Agrária e 2% não possuem terra, estando na condição de trabalhador temporário. Um dado importante a ser destacado é que 13% dos associados estão na condição de proprietários e, ao mesmo tempo, de arrendatários.

Apesar de ser numeroso quantitativo de pequenos proprietários, Marafon (2017) ressalta que eles têm pouca possibilidade de realizar investimentos em suas terras, pois operam com retornos muito reduzidos para permitir a capitalização de suas unidades de produção. Isso dificulta a autonomia deles na condução do processo produtivo, dada a insuficiência de recursos para investir em suas unidades de exploração.

Com relação à renda familiar, 28% dos associados disseram que vivem apenas com recursos financeiros gerados na propriedade e 71% dos associados afirmam o acréscimo de outras fontes de renda, oriundas de aposentadoria, emprego de algum membro da família e recursos advindos da própria mão-de-obra empregada em outras propriedades. E com relação à força de trabalho empregada nas propriedades, 58% dos associados utilizam mão-de-obra da própria família e 41% utilizam, além da mão-de-obra da família, mão-de-obra externa ao núcleo familiar, com trabalho temporário e permanente.

Com relação ao tamanho da propriedade em que realizam suas atividades, 67% dos produtores-associados possuem menos de 30 hectares de terra, ou seja, menos de 1 módulo fiscal, 26% possuem entre 31 e 60 hectares, 2% possuem entre 61 e 90 hectares, 2% possuem entre 91 e 120 hectares e 3% possuem mais de 120 hectares. Esses dados evidenciam que os produtores-associados possuem o tamanho da área reduzido. Segundo Wanderley (2015), a agricultura familiar se desenvolve historicamente dentro de um contexto de concentração fundiária e com menos áreas de terra, sendo este um dos limites colocados à reprodução da agricultura familiar.

3.4 Utilização de tecnologia, acesso a financiamentos e assistência técnica

Com relação ao uso de tecnologia, foi possível observar que os produtores rurais estão “modernizando” suas técnicas de produção, pois 79% dos participantes utilizam algum tipo de

máquina ou equipamento em suas propriedades, como roçadeira, micro trator, furador de solo, ordenhadeira, bomba d'água, soprador, picadeira, motosserra, sistema de irrigação e trator, sendo todos próprios. Apenas 20,1% não utilizam nenhum tipo de maquinário ou equipamento.

Para Buainain e Dedeca (2010) essa modernização é fruto da pressão da própria necessidade de manter um patamar de produção minimamente compatível com a reprodução da unidade familiar produtiva, e da necessidade de se ajustar à dinâmica demográfica da família, que acarreta redução da força de trabalho. Desse modo, os autores ressaltam que a inserção de técnicas poupadoras de trabalho é condição de viabilidade da unidade produtiva, e consequência das novas exigências colocadas pelos mercados nos quais estão inseridos os produtores.

A agricultura familiar, pela pouca quantidade de terra que possui e visando aumentar sua produção, muitas das vezes recorre à compra de rações para suprir as necessidades nutricionais dos animais e, também, para aumentar a produção. Desse modo, 69,2% dos associados participantes utilizam ração com a criação, 84,6% utilizam medicamentos, 23% utilizam algum tipo de semente, 19,9% utilizam agrotóxico na produção ou para limpeza de pasto, 5,1% utilizam corretivos de solo, 17,9% utilizam adubo e 7,6% não utilizam nenhum desses itens. É importante destacar que esses dados são acumulativos, pois em diversas situações os produtores fazem uso de mais de um dos itens. Esses dados podem estar associados a várias questões, como o tipo de atividade predominante no município, o tamanho das terras, a natureza do relevo e do solo. Também podem refletir a facilidade de acesso à informação e à tecnologia.

Com relação à utilização de recursos financeiros externos, verifica-se que 51,2% já realizaram algum tipo de financiamento agrícola e 48,8% não realizam. Entre os que realizaram algum tipo de financiamento, 90% realizaram o financiamento Pronaf. Com relação às políticas agrícolas, Wesz Júnior (2021) resalta que houve um decréscimo da cobertura do Pronaf, alcançando apenas 8% dos estabelecimentos agropecuários familiares em 2017. Segundo o referido autor, cresceu a seletividade do Programa e a concentração (em termos de regiões, produtos e agricultores) ficou ainda mais forte. Desse modo, pode-se inferir que esse decréscimo contribui para explicar o motivo de quase 50% dos produtores rurais não terem realizado nenhum tipo de financiamento.

Ao serem questionados sobre a importância dos financiamentos agrícolas para o desenvolvimento de sua propriedade, 45% dos associados atribuem a essa importância o grau de muito grande ou grande, justificando que o valor ajuda na compra de animais, possibilita melhorias na propriedade e motiva os agricultores a continuarem no campo, enquanto 50% afirmam ser razoável ou pequena a importância do financiamento, pois o valor é pequeno e o

prazo para quitação da dívida é curto. E 5% não responderam, pois não realizaram nenhum tipo de financiamento.

Quando questionados sobre o acesso aos financiamentos, 85% dos associados que realizaram algum tipo de financiamento responderam que tiveram facilidade de acesso, caracterizando o acesso como fácil a normal, e 15% disseram que acharam difícil o acesso, devido às burocratizações e às exigências colocadas pelo banco. Sobre a destinação dos financiamentos, os entrevistados relataram o uso para plantação de capineira e canavial, compra de animais, máquinas e equipamentos agrícolas, plantio de horta e melhoria da infraestrutura da propriedade, bem como para a construção de cercas.

Já os associados que não realizam nenhum tipo de financiamento, apontaram, como justificativa para essa escolha, a burocracia para conseguir o capital, o prazo curto para quitação do financiamento, a falta de documentação necessária, a preocupação com dívida e a dificuldade de acesso. Outros afirmaram que ainda não precisaram ou não tiveram interesse no financiamento. Quando questionados sobre a utilização de assistência técnica pública, mais de 70% dos associados responderam que nunca receberam nenhuma visita por parte dos órgãos públicos, e apenas 29% já receberam algum tipo de visita. Esse dado vai ao encontro da realidade nacional, onde 62,86% dos agricultores familiares não recebem nenhuma orientação técnica, estando substancialmente desassistidos. (IBGE, 2019).

Apesar da importância histórica no Brasil, a agricultura familiar sempre recebeu pouco apoio do poder público na realização de suas atividades, sendo um segmento negligenciado pelas diversas esferas governamentais ao longo do processo de modernização da agricultura brasileira. (CASTRO, 2015). Esses resultados reforçam a necessidade de maiores investimentos em assistência técnica e extensão rural, fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

3.5 Comercialização da produção e aquisição de equipamentos/insumos

No município de Itaperuna, mais de 90% dos estabelecimentos agropecuários realizam atividade econômica relacionada à pecuária e à criação de outros animais. Desses, 39,4% pertencem à agricultura não familiar e 60,5% pertencem à agricultura familiar. Na análise de Santos (2019, p. 11), “a atividade de pecuária leiteira é uma estratégia de reprodução dos pequenos e médios produtores rurais tanto subordinados a uma cooperativa/laticínios ou organizados sob forma de agroindústrias rurais, com mão de obra familiar”.

Desse modo, pode-se inferir que apesar de a pecuária leiteira ter perdido expressividade no município de Itaperuna, ela ainda tem sido uma das principais atividades econômicas realizadas no meio rural, sendo responsável por parte significativa da renda dos produtores rurais. Foi possível constatar que a pecuária tem grande importância para o desenvolvimento dos produtores rurais entrevistados.

Além da produção leiteira, há produção de ovos, em menor escala. Além dessas atividades, alguns produtores dedicam-se ainda à produção de frutas, como laranja, coco e banana, e de legumes, como tomate, jiló, pimentão, milho e pepino.

O leite é comercializado de forma conjunta com os demais associados. Cada produtor acondiciona o leite ordenhado na propriedade em latões, que são transportados por eles próprios por meio de veículo automotor ou tração animal, até os tanques de resfriamento, e depois este é recolhido por caminhões e transportado até as fábricas de beneficiamento. Além da comercialização, o leite também é utilizado para o autoconsumo.

Com relação às demais produções, a comercialização acontece de forma individual, em que os próprios associados comercializam para um comprador do município. Além da pecuária e da produção de frutas, hortaliças e legumes, outras atividades estão sendo desenvolvidas pelos associados participantes, como piscicultura, turismo rural e artesanato.

No que concerne à aquisição de insumos e equipamentos, a forma individual ainda é predominante. Dos agricultores entrevistados, 69,2% dos participantes informaram que compram em lojas do próprio município, 10,2% compram em lojas de outros municípios, 15,3% compram na associação e 5,1% não realizam a compra de insumos ou equipamentos.

3.6 Principais dificuldades e a percepção sobre o papel do poder público

Com relação às dificuldades vivenciadas pelos produtores rurais associados, sobressaem os fatores ligados à produção, como mão-de-obra e terra. Os associados participantes justificam que a mão-de-obra é escassa e pouco qualificada no meio rural.

Buainain e Dedeca (2010) justificam que essa diminuição da mão-de-obra é devida às novas dinâmicas demográficas pelas quais as famílias vêm passando, como redução do tamanho da família e saída mais precoce dos jovens em busca de melhores oportunidades nos centros urbanos. Os autores ressaltam ainda que políticas e programas, como Pronaf, aposentadoria rural e bolsa família, também têm contribuído para que os membros dos domicílios beneficiários

dessas políticas não precisem tanto do trabalho temporário e tampouco, trabalhar por qualquer diária.

Na verdade, tais programas e políticas têm possibilitado maior estabilidade da renda dos domicílios rurais e estão desencadeando um processo virtuoso de elevação do custo do trabalho. Contudo, segundo Buainain e Dedeca (2010), essa elevação do custo do trabalho no campo tem criado dificuldade para os próprios agricultores familiares que dependem da participação de assalariados, permanentes e principalmente os temporários para a realização das atividades no campo.

Outros fatores são apontados como limitadores para o desenvolvimento da agricultura familiar, como a dificuldade de obter financiamentos, pois, segundo os produtores participantes, o acesso aos financiamentos agrícolas são burocráticos e exigentes, o que dificulta o investimento na propriedade; há dificuldade na comercialização da produção, devido à falta de garantia de pagamento pelo comprador; falta de assistência técnica por parte da Secretaria Municipal de Agricultura e Emater; falta de estrutura das estradas vicinais, o que dificulta o transporte do leite e a entrega de insumos nas propriedades.

Os participantes apontam outros fatores como limitadores, além dos descritos acima, como o preço alto dos insumos e pouca valorização financeira da produção; produção limitada, pois falta material e equipamentos para ajudar na preparação do solo. Apenas 5,1% dos participantes disseram enfrentar nenhuma dificuldade, sinal de que, no geral, não há uma naturalização das dificuldades estruturais vivenciadas por esses produtores.

As dificuldades apresentadas corroboram Wanderley (2001), ao afirmar que, no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido, sendo ela a receptora dos estímulos sociais proporcionados pela política agrícola, a qual assegurou sua modernização e reprodução, ocasionando por outro lado a subalternização da agricultura familiar. Durante a realização da pesquisa, foi possível perceber que os produtores rurais participantes buscam superar as dificuldades com suas próprias forças e, também, com a esperança de que a prática associativa minimize os desafios postos no dia a dia. Além disso, eles ressaltam que deveria haver uma atuação ativa dos governantes para com as demandas dos produtores rurais.

Quando inquiridos a avaliar as políticas públicas voltadas para a agricultura, 20,5% dos associados as consideram ótimas ou boas, 43,5% regulares, 20,4% ruins ou péssimas e 15,3% não souberam responder. Segundo os respondentes, falta apoio dos governantes e políticas agrícolas para o desenvolvimento do campo, assistência técnica pública, fiscalização e melhoria das políticas agrícolas existentes.

3.7 A importância das associações para os agricultores

O associativismo rural tem se consolidado no Brasil como uma prática de organização social e coletiva no campo, que tem contribuído para as mobilizações reivindicatórias, conquista de direitos, participação democrática e acesso às políticas públicas (AMORIM; SILVA, 2015). Sendo assim, segundo Jales (2009), a viabilidade das associações está atrelada a um complexo conjunto de fatores internos (participação, cooperação, politização) e externos (estruturas governamentais, negociações políticas, mercado) que se inter-relacionam.

Em Itaperuna, nas associações pesquisadas, os aspectos políticos e reivindicatórios não foram a principal motivação para a organização dos agricultores. Conforme resposta dos participantes, os fatores que fizeram com que eles aderissem à associação foram a necessidade de comercializar a produção a preços melhores e a aquisição de insumos com custos reduzidos.

Desse modo, a principal motivação para os produtores rurais aderirem à associação consiste na busca por benefícios relativos à comercialização. Contudo, Jales (2009) pontua que associar-se significa estar junto para criar uma nova realidade e não apenas a busca por benefícios, e que a vida e desenvolvimento de uma associação depende do modo como seus sócios se comportam em suas práticas cotidianas.

As associações são caracterizadas pela gestão democrática dos recursos e atividades, em que cada associado tem direito a voz e voto sobre as decisões. Sendo assim, a maioria dos associados (82%) ressalta que as associações são conduzidas de forma democrática e, ademais, as demandas são debatidas e decididas em conjunto.

Como a maioria dos produtores possui poucos recursos financeiros, as associações de produtores rurais têm possibilitado o acesso a algumas tecnologias, como o tanque de resfriamento de leite e a fabricação própria de ração. Desse modo, essa estrutura se torna uma alternativa interessante para os associados.

Segundo os produtores rurais participantes, os maiores benefícios obtidos da prática associativa foram o acesso a serviços, como assistência técnica, crédito, capacitação, treinamento, união da comunidade, compra de insumos com melhor preço e melhor negociação na compra e venda do leite. A ausência de exigência mínima de litros de leite também é um fator apontado pelos participantes, pois não limita a participação dos pequenos produtores. Sendo assim, a maior parte dos benefícios obtidos está relacionada diretamente à melhoria na renda dos produtores rurais.

Além dos benefícios apontados acima, os produtores sinalizam que a participação na associação possibilita o exercício do respeito entre os associados, a troca de conhecimentos e experiências e mobilização junto aos governos, destacando assim a importância dessa prática para o comportamento social e político de seus sócios.

Os participantes mencionam que obtiveram melhorias na produção, na comercialização e na renda obtida, gerando dessa forma melhoria na qualidade de vida dos associados. A maior facilidade na aquisição de insumos possibilitou aumento e melhoria da produção e o tanque de resfriamento possibilitou o escoamento da produção. Segundo 64,1% dos participantes, os associados são beneficiados de forma similar; 7,7% destacam que uns são mais beneficiados que outros; e 28,2% não souberam responder pois, como foi dito por eles, o pouco tempo de associação não permitia saber se todos estão sendo beneficiados do mesmo modo.

Quando indagados sobre os principais fatores que impedem que a associação gere mais benefícios para os associados, os produtores apontam falta de interesse, comunicação e união entre os próprios sócios e sua diretoria. A quantidade reduzida de associados também foi apontada como um fator limitante para o desenvolvimento do grupo.

A ausência de um veículo para transportar os insumos até as propriedades, máquinas (como trator) e equipamentos para atender às demandas dos associados, geradas pela falta de recursos financeiros, também tem impossibilitado o desenvolvimento da associação. A falta de uma equipe técnica (técnico agrícola, agrônomo e veterinário) também tem sido um obstáculo, pois a equipe poderia atender às demandas dos associados. Contudo, os produtores reconhecem o custo dessa estrutura.

Além disso, um fator limitador colocado por alguns associados e que dificulta a entrada de mais produtores na associação é o valor da taxa de entrada e, também, o valor descontado pela utilização do tanque comunitário. Segundo os associados esses valores deveriam ser menores, devido ao gasto considerável que realizam com a produção.

Alguns associados ressaltam que a falta de apoio do poder público é um desafio ao desenvolvimento da prática associativa, pois, se as associações recebessem recursos e apoio, os produtores seriam mais motivados a participarem e a se tornarem sócios. Segundo os entrevistados, os principais motivos apontados para o desinteresse de outros agricultores em ingressar na associação foram a percepção de que não seriam beneficiados e a existência de produtores mais capitalizados.

Nas entrevistas, os presidentes salientaram que os principais desafios enfrentados pelas associações são a ausência de um veículo para fazer entrega dos insumos nas propriedades, a

falta de colaboração de alguns produtores com relação à qualidade do leite e, de forma excepcional, o cenário atual que se estabeleceu devido à pandemia da Covid-19. Os presidentes reconhecem que as associações têm muito a crescer e que precisam dar passos importantes.

Apesar da contribuição das associações, como a inserção do produtor rural na cadeia produtiva, ampliação e aumento da renda familiar, viabilização e representação dos produtores rurais, mediação na busca por capacitação e assistência técnica, as associações têm se desenvolvido de forma limitada, pois têm assegurado apenas a existência dos produtores rurais, sem uma transformação social e emancipatória dos sujeitos envolvidos.

Portanto, os resultados aqui exibidos revelam que, ainda que com limitações, as associações pesquisadas têm contribuído para a melhoria das condições de produção e renda dos agricultores. Tal como apontado por outros autores (AGUIAR, 2007; JALES, 2009), as evidências indicam que as associações contribuem para que a agricultura familiar possa superar em parte suas dificuldades, pois contribuem para a ampliação das oportunidades de trabalho, produção agrícola e renda.

4 Considerações finais

O objetivo da pesquisa foi analisar o desenvolvimento das associações de produtores rurais no município de Itaperuna-RJ, com base na experiência de duas de suas associações. A partir de entrevistas semiestruturadas e de questionários, foi possível constatar que as associações pesquisadas surgiram e se desenvolveram com o objetivo de superar as dificuldades de escoamento da produção leiteira dos pequenos produtores rurais, e motivadas pela expectativa de angariar recursos. Isso ocorreu, principalmente, em decorrência de exigências impostas por empresas instaladas no município na década de 90, que estabeleceram uma litragem mínima para o recolhimento do leite, o que causou a exclusão de parcela considerável de pequenos produtores dessa cadeia produtiva.

Diante disso, viram na associação a possibilidade da comercialização conjunta da produção, já que um único tanque de resfriamento poderia atender a vários produtores rurais simultaneamente, possibilitando assim o escoamento da produção. Desse modo, a principal motivação para os produtores rurais aderirem à associação foi a busca por benefícios relativos à comercialização. Além disso, a pesquisa evidenciou que as associações têm contribuído para superação, em parte, das diversas dificuldades que atingem a agricultura familiar. Quando indagados sobre os benefícios de se fazer parte de uma associação, a maioria das respostas foi

positiva. Segundo os entrevistados, as associações trouxeram maiores facilidades no acesso a crédito, assistência técnica, capacitação e treinamentos, na compra de insumos com preços menores e na negociação na venda do leite. Sendo assim, a maior parte dos benefícios obtidos está relacionada diretamente à melhoria na renda dos produtores rurais.

Desse modo, as associações têm possibilitado melhorias na produção e na renda, dado o incremento no uso de tecnologia e insumos. As capacitações e treinamentos possibilitam uma maior qualidade no manejo da produção, e o tanque de resfriamento, instalado por meio das associações, possibilita o escoamento do leite. Isso viabiliza a participação dos pequenos produtores, que, de forma individual, não teriam recursos para a instalação do referido tanque.

Além dos benefícios apontados acima, os produtores ressaltam que a participação na associação possibilita o exercício do respeito entre os associados, a troca de conhecimentos, experiências e mobilização junto aos governos, destacando assim a importância dessa prática para o comportamento social e político de seus sócios.

Apesar dos benefícios descritos acima, as associações de produtores rurais têm atuado de forma limitada, o que pode ser um fator para explicar o baixo número de agricultores familiares associados. Os principais desafios enfrentados pelas associações têm sido a ausência de um veículo para fazer entrega dos insumos nas propriedades, falta de colaboração de alguns produtores com relação à qualidade do leite, falta de interesse, comunicação e união entre os próprios sócios e sua diretoria e quantidade reduzida de associados.

Além disso, um fator limitador colocado por alguns associados e que dificulta o ingresso de mais produtores na associação é o valor alto da taxa de entrada e o valor descontado pela utilização do tanque comunitário. Segundo os associados, esses valores deveriam ser menores, devido ao gasto considerável que realizam com a produção. Alguns associados acentuam que a falta de apoio do poder público é um desafio ao desenvolvimento da prática associativa, pois, se as associações recebessem recursos e apoio, os produtores seriam mais motivados a participarem e a se tornarem sócios, o que contribuiria para sua permanência no campo.

Apesar das dificuldades, as associações proporcionam benefícios aos produtores rurais familiares, que provavelmente não seriam obtidos sem elas. Em particular, têm contribuído para que a agricultura familiar possa superar em parte suas dificuldades, gerando incrementos na produção agrícola e na renda, além de fortalecer a participação social e a mobilização junto aos governos.

Isso foi evidenciado na presente pesquisa, que mostrou a importância das associações para o desenvolvimento e a permanência dos agricultores familiares no município de Itaperuna.

Por outro lado, ressalta-se o grande potencial ainda a ser explorado pelas associações, no sentido de promover maior consciência e engajamento dos associados em prol do desenvolvimento coletivo. A constatação final é que é necessário fortalecer, dar apoio e suporte às práticas associativas realizadas no município de Itaperuna, visando contribuir para a superação dos obstáculos ao desenvolvimento de sua agricultura familiar.

Referências

- AGUIAR, Audrey Merlin Leonardi de. **O desafio do Associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos Produtores Rurais Feirantes do Município de Pato Branco-PR**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
- AMORIM, Ramariz Faleiros de; SILVA, Magda Valéria da. Associativismo rural como alternativa de representatividade em Piracanjuba/Goiás. In: Congresso de ensino, pesquisa e extensão da UEG, 2., 2015, Pirenópolis. **Anais...** Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2015.
- AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio.; SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no Campo e Desigualdades Internas na Agricultura Familiar Brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 1, p. 123-141, jan/mar. 2018.
- BOSCARDIN, Mariele; SPANEVELLO, Rosani Marisa. Dinâmica demográfica da população rural: um estudo de caso na microrregião e município de Frederico Westphalen/RS. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 73-91, abr/jun. 2018.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. **Interações espaciais: o caso da empresa Glória/Parmalat em Itaperuna (RJ)**. Niterói, UFF, 2006. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura Familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para o debate**. 1.ed. Campinas: UNICAMP, 2005. 135 p.
- BUAINAIN, Antônio Márcio; DEDECCA, Claudio Salvadori. Mudanças e Reiteração Da Heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, José Garcia.; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010. p. 185-209.
- CASTRO, César Nunes de. Desafios da agricultura familiar: o caso da assistência técnica e extensão rural. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, IPEA, n. 12, jul./dez. 2015.
- CERQUEIRA, Thiara Mourão Costa. O **“Desenvolvimento Regional” como problema Público?** Estudo do regionalismo empresarial de Itaperuna/RJ. Campos dos Goytacazes, UENF, 2016. 115 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.
- GONÇALVES, Mylena André; SANTOS, Leandro Bruno. A Centralidade Interurbana de Itaperuna - RJ no Noroeste Fluminense. Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16., 1994, Vitória. **Anais...** Espírito Santo: UFES, 1994.
- GRABOIS, José; SANTOS, Cátia Pereira dos. O momento atual da evolução da pecuária leiteira em Itaperuna: as transformações da estrutura produtiva na década de 1990. **Revista Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 17-28, jun/dez. 2000.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro**, 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

JALES, Edilene Fernandes. **Associativismo nos municípios rurais**: uma alternativa de desenvolvimento local. Natal, UFRN, 2009. 110 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas, Letras e Artes) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MADANÊLO, Daniela Helena Vieira de Lima; MARAFON, Glaucio José. O complexo agroindustrial da pecuária de leite no estado do Rio de Janeiro. IN: MARAFON, Glaucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo (org.). **Revisitando o território fluminense II**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008, p. 7-16.

MARAFON, Glaucio José. Transformações no espaço rural fluminense: o papel da agricultura familiar e das atividades turísticas. In: MARAFON, G. J.; RIBEIRO, M. A. (org.). **Revisitando o território fluminense VI**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017, p. 105-122.

PAULA, Márcia Maria de; KAMIMURA, Quésia Postigo; SILVA, José Luís Gomes da. Mercados institucionais na agricultura familiar dificuldades e desafios. **Política Agrícola**, Brasília, n. 1, p. 33-43, 2014.

SANTOS, Cátia Pereira dos. Mudanças nas relações campo-cidade no município de Itaperuna - RJ. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SANTOS, Erika Vanessa Moreira. As agroindústrias de lácteos no noroeste fluminense: panorama e desafios. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 13., 2019, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPEGE, 2019.

SANTOS, Rui Junio Fonseca dos. **A Segregação sócio-espaçial na cidade de Itaperuna (RJ)**. Campos dos Goytacazes, UFF, 2018. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Ambiente e Políticas Públicas) - Universidade Federal Fluminense.

SIQUEIRA, Fábio Gustavo Viana. **Noroeste Fluminense**: Arranjos Regionais e Perspectivas de Desenvolvimento. Campos dos Goytacazes, UCAM, 2015. 111 p. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - Universidade Candido Mendes.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 205-222, 2015.

TCE. Estudo socioeconômico do estado do Rio de Janeiro – Itaperuna 2020. Disponível em: https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 30 de nov. 2021.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, p. 25-44, 2015.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001, p. 21-55.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O PRONAF pós-2014: Intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, Chapecó, v. 30, n. 51, p. 89–113, jan./abr. 2021.